

**DESIIS no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 679.143 - PE
(2015/0059141-4)**

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
REQUERENTE : FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.
ADVOGADOS : CARLOS ANTÔNIO PENA - SP105802
ANTÔNIO SÉRGIO ALTIERI DE MORAES PITOMBO -
SP124516
GUILHERME ALFREDO DE MORAES NOSTRE - SP130665
JOÃO FABIO AZEVEDO E AZEREDO - SP182454
CLAUDIO MAURO HENRIQUE DAÓLIO - SP172723
FLÁVIA MORTARI LOTFI - SP246694
LEONARDO MAGALHÃES AVELAR E OUTRO(S) - SP221410
IZABEL DE ARAÚJO CORTEZ - SP235560
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de pedido de desistência formulado por FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

A questão da desistência do mandado de segurança, depois de muita polêmica doutrinária e jurisprudencial, foi finalmente definida, com repercussão geral, pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do RE n. 669.367/RJ, oportunidade em que se assentou, no ponto que aqui interessa, que é faculdade do impetrante desistir da ação mandamental, sem a concordância da autoridade indigitada coatora ou do ente estatal que ela representa e independentemente de já ter havido decisão de mérito, a qualquer momento antes do término do julgamento, sem que, nessa hipótese, seja necessária a observância do art. 267, § 4º, do Código de Processo Civil de 1973.

A propósito, confira-se a ementa do referido julgado:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL ADMITIDA. PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE DESISTÊNCIA DEDUZIDO APÓS A PROLAÇÃO DE SENTENÇA. ADMISSIBILIDADE. "É lícito ao impetrante desistir da ação de mandado de segurança, independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da entidade estatal interessada ou, ainda, quando for o caso, dos litisconsortes passivos necessários" (MS 26.890-AgR/DF, Pleno, Ministro Celso de Mello, DJe de 23.10.2009), "a qualquer momento antes do término do julgamento" (MS 24.584-AgR/DF, Pleno, Ministro Ricardo

Superior Tribunal de Justiça

Lewandowski, DJe de 20.6.2008), "mesmo após eventual sentença concessiva do 'writ' constitucional, (...) não se aplicando, em tal hipótese, a norma inscrita no art. 267, § 4º, do CPC" (RE 255.837-AgR/PR, 2ª Turma, Ministro Celso de Mello, DJe de 27.11.2009). Jurisprudência desta Suprema Corte reiterada em repercussão geral (Tema 530 - Desistência em mandado de segurança, sem aquiescência da parte contrária, após prolação de sentença de mérito, ainda que favorável ao impetrante). Recurso extraordinário provido.

(RE 669367, Relator Min. LUIZ FUX, relatora p/ acórdão: Ministra ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 02/05/2013, 30/10/2014)

Ante o exposto, **homologo** a desistência nos termos do art. 34, IX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator